

Universidade da Beira Interior

Desenvolvimento Regional: O Papel da Universidade

por: Prof. Dr. F. Marques Reigado

Oração de Sapiência proferida no dia da Universidade, em 30 de Abril de 1998

0 - Preâmbulo

Seja-me permitido manifestar o quão honrado me sinto por usar da palavra na Cerimónia Comemorativa do Dia da Universidade da Beira Interior, no cumprimento de deliberação do seu Conselho Científico.

Faço-o com um misto de alegria e de insatisfação. Alegria pelo que a Universidade da Beira Interior, com todo o seu corpo docente, com os seus técnicos e funcionários e com os seus estudantes, já fez para engrandecer o ensino e a investigação em Portugal, pelo contributo que tem dado para o desenvolvimento da região da sua área de influência e mesmo, porque não dizê-lo, do país como um todo. Alegria, sobretudo, por aquilo que a Universidade pode e deve ainda fazer e vai concerta fazer no futuro. A esperança do que de bom se possa fazer no futuro é a fonte da minha maior satisfação.

Insatisfação porque não fizemos tudo o que a sociedade espera de nós, porque não fizemos tudo o que desejávamos. Não sei se demos ao país e à região tudo o que poderíamos e deveríamos ter dado. Sei que ficámos muito aquém do que a região necessita e espera de nós. E é porque entendo que a Universidade deve dignificar-se entre, por um lado, a liberdade de ensinar, de investigar, de inventar, de criar e de transmitir e, por outro lado, a preocupação de ser útil no apoio directo e imediato ao desenvolvimento económico e social, que escolhi como tema, **“Desenvolvimento Regional: O papel da Universidade”**.

E começo por me perguntar: a nossa universidade já terá resolvido os seus problemas internos mais prementes estando agora disponível para se empenhar num verdadeiro trabalho de apoio ao desenvolvimento regional?

1 - Breve Incursão pelas Teorias do Desenvolvimento Regional

1.1 - Introdução

Tudo o que hoje se distribui pelo espaço é resultado de decisões planeadas, ainda que muitas vezes de forma não assumida. As escolhas e as estratégias de localização visam sempre algum objectivo, seja ele de maximização dos lucros dos produtores ou das utilidades dos consumidores, da optimização da utilização dos recursos naturais e humanos, de estratégias militares, de estratégias de instituições ou de prazeres individuais. Foi assim desde que o homem começou a viver em sociedade. Primeiro localizando-se onde a natureza lhes garantia a sobrevivência, quer fornecendo-lhe alimentos através das actividades relectoras, junto aos rios que lhe forneciam a água e condições para pescar, ou onde a caça fosse abundante, quer facilitando-lhe a defesa das feras; isto é, rios, clima, e locais estratégicos de defesa, constituíam os principais factores de localização.

Mais tarde, quando a tecnologia permitiu a prática das explorações agrícolas e pecuárias, a localização dos aglomerados populacionais passou a fazer-se em função da fertilidade dos solos e das condições climáticas. A descoberta do fogo terá sido, porventura um dos maiores acontecimentos da história da humanidade, a maior revolução tecnológica, a maior inovação da antiguidade. São incalculáveis, mas facilmente imagináveis, os contributos que uma tal descoberta trouxe para a humanidade: alteraram-se hábitos de consumo, revolucionaram-se métodos de produção e alteraram-se, sobretudo, radicalmente os factores e locais de localização das actividades e da população. Posteriormente, a descoberta do ferro e do bronze, influenciaram movimentações de diversos povos em busca da exploração destes metais; **solos férteis, existência de madeiras para construção das habitações e de barcos, existência de minas de ferro e de cobre e locais estratégicos de defesa constituíam então os principais factores de localização e logo os portos e as rotas marítimas e fluviais as redes viárias se impuseram como meios e como objectivos e também como factores de localização.** O início das actividades agrícolas provocou a concentração da população em lugares específicos. Enquanto isso, o desenvolvimento da produção, dos transportes e das tecnologias de comunicação, permitiram a localização da população em centros populacionais afastados dos locais de produção, iniciando-se assim, o processo de urbanização.

1.2- Os clássicos da teoria da localização

O primeiro autor que procurou encontrar explicação para os problemas da localização das actividades agrícolas foi *Cantillon*, na sua obra **Essai sur la Nature du Commerce en Générale**, publicada em 1755. Na referida obra, *Cantillon*, procura explicar os fenómenos espaciais dando relevância aos aspectos funcionais como determinantes da hierarquia urbana.

Depois do trabalho de *Cantillon*, o primeiro autor a preocupar-se com os problemas da localização foi *Von Thunen*, cuja atenção se orientou ainda para as actividades agrícolas.

Contrariamente a *Von Thunen*, *Alfred Weber* (1909), publicou o seu livro no início do Século XX quando a Revolução Industrial tinha conduzido a uma quase completa industrialização do sistema produtivo da Europa. Neste processo de produção industrial o factor capital tornara-se cada vez mais importante em comparação com o factor trabalho. Não admira pois que a sua principal preocupação fosse encontrar explicações para a localização das empresas industriais e da sua aglomeração.

O conhecido triângulo de *Weber* ou o triângulo ponderado (weight triangle) estabelece que a busca do custo mínimo deve tomar em consideração a localização das matérias primas e os mercados de produtos finais. Mas a concentração do mercado de trabalho pode deslocar o ponto óptimo da localização quando a economia de trabalho supera os custos de transporte.

Walter Christaller na sua dissertação de doutoramento, em 1933, defendeu que os padrões de ordenamento não eram determinados apenas pela agricultura e pela indústria mas, também, pela localização dos sectores dos serviços e da habitação dos consumidores. Tomando como ponto central a relação com os consumidores, *Christaller* (1933) defende que a teoria da estrutura do ordenamento das freguesias e das cidades, onde se localizarão os serviços e todos os fornecimentos, deverão formar a base da teoria da localização. Segundo *Christaller* existe uma lógica clara no padrão de ordenamento dos **locais centrais** que é consequência da optimização simultânea da localização das empresas fornecedores de serviços em relação à localização dos concorrentes.

A teoria geral de localização de *Lösh* (1940; 1954) faz entrar explicitamente, no seu modelo, os mecanismos de mercado assumindo como padrão a distribuição uniforme das matérias primas industriais e a possibilidades de transporte ubíquas, e consequentemente custos iguais em todos os pontos de um plano homogéneo; uma

distribuição equilibrada da população; gostos de consumo idênticos, preferências e oportunidades de produção abertas a todos, admite-se, agora, economias de escala e vantagens de aglomeração, **os custos de transporte não são nulos**, são iguais as curvas individuais da procura bem como as elasticidades, os preços à saída da fábrica são uniformes; admite-se que a área do mercado é plenamente coberta. O equilíbrio é o resultado líquido das duas tendências: **primeiro os produtores** têm como objectivo a maximização individual dos lucros enquanto os **consumidores** tentam obter acesso ao mercado a preços mais baratos; **segundo, uma luta de competitividade entre produtores**. Quando as empresas numa indústria se multiplicam suficientemente para competir espacialmente, não há espaço para, a longo prazo, se manterem eventuais lucros excessivos (teoria neoclássica).

Mas a teoria de Lösh, apoiada na escola neoclássica, não está isenta de críticas. Embora na busca da localização óptima considere interdependência das decisões o mesmo não se passa na análise da formação de preços em que cada produto é visto isoladamente o que o impede de chegar a um verdadeiro sistema de equilíbrio. Mas a limitação mais grave relaciona-se com o facto de considerar preços iguais em todos os pontos do espaço, situação que resulta, por sua vez, da aceitação da hipótese de um plano uniforme no qual produção e população se distribui regularmente.

Mas as teorias clássicas da localização não estão isentas de críticas diversas, sendo de salientar:

- A. **teoria clássica da localização trata da empresa isolada e não leva em conta os efeitos cumulativos** de umas empresas na localização de outras. Embora *Weber e Christaller* se tenham referido a este problema não lhe deram corpo teórico.
- **Os custos de transportes dominam a teoria tradicional da localização**, aliás, nem sempre tomados em consideração. A diversidade de características do produto é tão importante que dificulta qualquer generalização, sobre a introdução dos custos de transporte na teoria da localização. Deve reconhecer-se que a introdução dos custos de transporte na explicação da localização foi relativizada por autores como *Weber e Lösh* sem que contudo tenham apresentado um corpo teórico alternativo.
- A teoria clássica da localização parte do pressuposto errado de **informação completa e de racionalidade no comportamento** dos agentes económicos.

Relativamente à informação a realidade e os desenvolvimentos teóricos correspondentes sobre a circulação da informação vieram mostrar como são inúmeros os casos em que esta é enviesada e incompleta, verificando-se frequentemente o domínio do mercado pela empresa que consiga o seu controle. Relativamente ao comportamento racional dos agentes económicos o contacto com a realidade apresenta-nos diversas situações em que o homem orienta a sua acção, pela experiência, pelas suas relações sociais e de vizinhança, pelas suas preferências - **valores, cultura, costumes**, etc..

Além disso, as limitações relativas à informação dificultam a apreciação sobre o que é ou não é racional. A evolução do sistema real pode vir a revelar irracionais decisões que à partida eram racionais ou racionais decisões que à partida eram irracionais. **A informação sobre o futuro é demasiado escassa para permitir prever o que é e o que não é racional no futuro.** É, pois, necessário sabermos situar-nos no tempo e no espaço agindo segundo modelos probabilísticos e prospectivos, reduzindo a incerteza, mas sem deixar de desafiar o futuro.

A ausência de um corpo teórico - de teoria económica - na base dos modelos tradicionais de localização é porventura a lacuna mais importante nestes modelos.

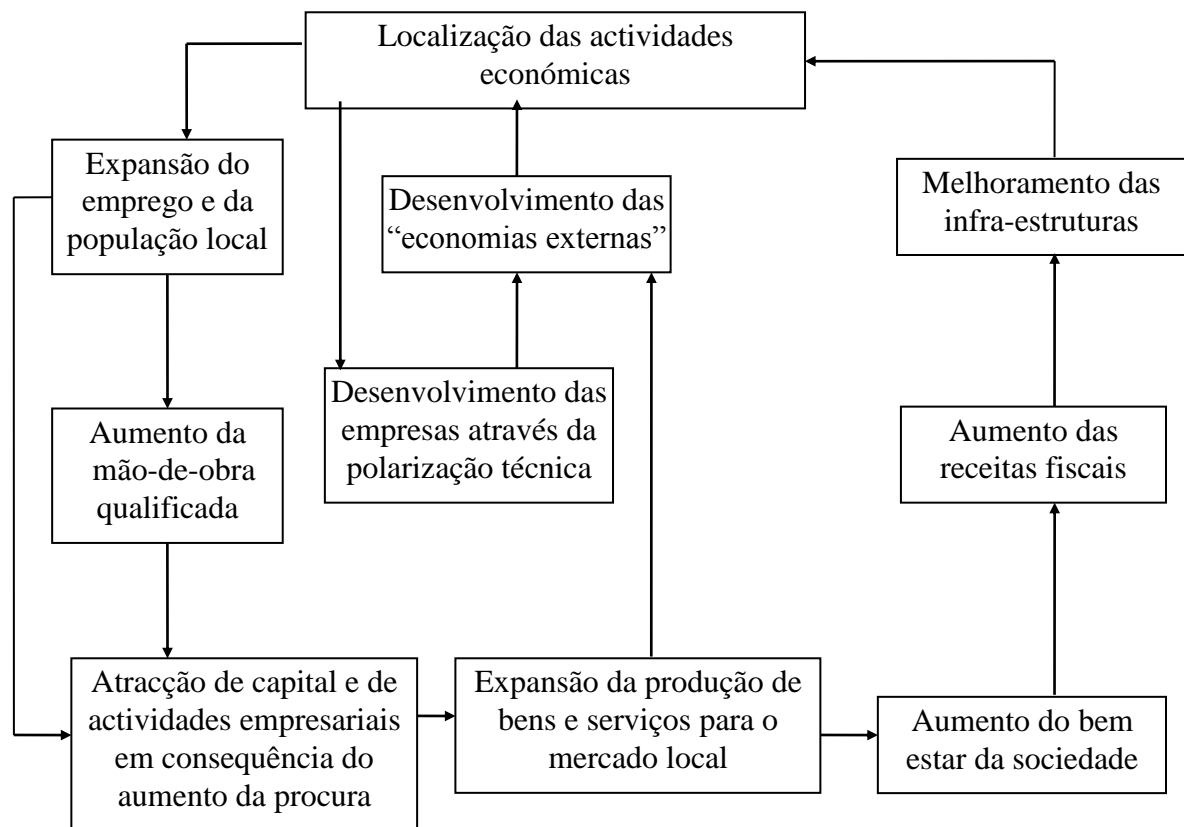
Porém, apesar das inúmeras críticas que podem ser dirigidas a estes modelos, não se deduza daí a sua inutilidade. Estes modelos fizeram o seu percurso histórico de acordo com a evolução das forças produtivas, a estrutura e organização da economia e a própria evolução da teoria económica - esta não devidamente tomada em consideração -. E nem deixaram de constituir as bases para importantes estudos de aplicação e para evoluções teóricas posteriores. A teoria de *Weber*, por exemplo, não deixa de ter aplicação no estudo de localização de uma empresa em que os custos de transporte sejam parte importante na **estrutura dos custos**.

Mas é já depois da II Guerra Mundial que as questões da localização óptima começam a ser relacionadas com as do desenvolvimento e se introduz a teoria económica na explicação das dinâmicas locais.

Myrdal (1956) foi o primeiro autor que integrou, de forma sistemática, os problemas da **escolha óptima da localização** com os problemas do desenvolvimento económico através da introdução do **princípio da cumulatividade** dos efeitos (ou das causas) na concentração geográfica das actividades económicas (veja-se fluxograma (1.1)).

Segundo Myrdal a localização de uma nova actividade económica, de razoável dimensão, numa determinada localidade, arrastaria a expansão do emprego e da população. Através da formação de um mercado de trabalho qualificado o ambiente produtivo tornar-se-ia atractivo para novas actividades. A qualidade e também a quantidade da população activa provoca nova concentração de actividades económicas. Uma empresa pode encontrar nas outras mercado para os seus produtos ou matérias primas para a sua produção

Fluxograma 1.1 - Princípio das causas cumulativas



Partindo da premissa de que o Estado não influencia a rede de efeitos cumulativos, *Myrdal* infere que a dotação da região ou localidade, em infra-estruturas, equipamentos de serviços, empresas públicas, serviços de formação, etc., resultam do aumento local das receitas fiscais. Em consequência, verificar-se-á uma melhoria no ambiente empresarial regional e de produção, ganhando, deste modo, a região vantagens em relação a outras regiões na atractibilidade de novas actividades. O Estado limita-se a seguir o mercado - é a tese de *Myrdal*.

Contudo, os efeitos cumulativos, que a partir de determinada fase de desenvolvimento da região de origem, se ramificariam por outras regiões do resto do país, (**spread effects**) não devem fazer esquecer os efeitos negativos sobre o resto do país (**backwash effects**). Efectivamente, apesar da descentralização de efeitos não deixará de se desenvolver, na região de origem, uma situação económica dominante criando, à sua volta, regiões periféricas de crescimento mais lento.

A teoria de *Myrdal* é das poucas teorias, de economia regional, em que o sistema económico é abordado de forma dinâmica. Segundo *Myrdal* existe interacção entre as actividades económicas e o desenvolvimento económico.

Isard (1956), contemporâneo de *Myrdal* desenvolve a teoria da localização a partir de *Weber* usando o conceito base de **inputs de transporte definido como o movimento de uma unidade ponderada, por unidade de distância**. A taxa de transporte é a taxa de desconto do espaço (factor distância) ou o preço do input transporte (que leva em conta a distância e o factor tempo). Em qualquer das abordagens acabadas de referir está ausente o factor tempo. Isto é, o carácter estático das análises é característica de todas elas; ausente está também a análise das interdependências (exceptua-se, naturalmente a teoria de *Myrdal*).

Contemporâneo de *Myrdal* e de *Isard*, *Greenhut's* (*Greenhut*, M. L., 1956; e 1963) tenta determinar as condições da localização equilibrada quando as empresas têm por objectivo a maximização dos lucros, mas onde os custos variam e as influências da procura são afectadas pela possibilidade da **interdependência da localização**. Admite-se estar na presença de uma economia desenvolvida e da possibilidade da introdução de um **produto inovador** em qualquer momento. Assumindo a hipótese simplificadora de custos zero e procura idêntica, a firma inovadora localiza-se no centro da área de mercado. Uma das maiores falhas de *Greenhut*, na tentativa de constituir uma teoria geral da localização reside no facto de nela **não ter introduzido os custos de transportes**.

Esta limitação foi de algum modo corrigida por *Lefebvre*, seu contemporâneo, que **incluiu os custos de transporte** como elementos basilares da sua teoria do equilíbrio geral. Característico da teoria de *Lefebvre* (1958) e, sobretudo, do que a diferencia das anteriores é o **abandono do custo de transporte zero**. Isto é, os transportes ou os seus custos são integrados no modelo como determinantes da localização e da optimização da produção. Ao contrário de *Isard*, *Lefebvre não trata os transportes como bens intermédios, mas antes como um serviço que exige sacrifícios sociais na medida em que consome inputs que deixam de estar disponíveis para produzir outros bens finais. O modelo de *Lefebvre* é fundamentalmente um modelo de programação e tem como objectivo mostrar a simultaneidade da **localização óptima e da maximização** da produção de bens finais para consumo que resultam dessa localização. Segundo a terminologia de *Lefebvre*, *a soma total dos custos de localização tem de ser minimizada*.*

Lefebvre distingue factores transportáveis e factores não transportáveis, identificando estes últimos com factores locais que não necessitam de transporte (as ubiquites de *Weber*).

As localizações óptimas e as quantidades produzidas, em cada lugar, para diferentes sectores, são determinadas por diversas variáveis: **preços de mercado, o nível dominante de tecnologia**; a dotação local de factores a cada ponto de produção; os parâmetros da função procura de transportes a qual depende da distância de factores e mercadorias que têm que ser transportadas e do seu peso. A teoria *Lefebvre* falha, porém, na explicação das determinantes dos preços que influenciam a localização. **Os preços são introduzidos no modelo como parâmetros; são dados**.

Em 1966, *Allen Pred*, publicou um livro “**Behaviour and Location; fundations for a geographic and dynamic location theory**” onde põe o seu acento nas “**qualidades pessoais**” e na “**managerial intelligence**”. Partindo de uma posição crítica relativa aos fundamentos da microeconomia, nomeadamente da informação completa, comportamento racional que faz o homem reagir aos sinais que o mercado transmite através do preço e cujos contactos com terceiros se verificam apenas através do mercado, *Pred* concentra a sua atenção, por um lado, **na disponibilidade e características da informação e do conhecimento** e, por outro lado, nas características do processo de escolha. Os empresários e consumidores não dispõem sempre de informação suficiente e, o que é ainda mais importante, raramente dispõem de toda a informação para fazerem escolhas racionais perfeitas.

Além disso, nem sempre o produtor ou consumidor procuram maximizar os lucros ou as utilidades. Em vez do comportamento maximizador, os agentes económicos têm comportamento **otimizador**. Os motivos dos produtores e dos consumidores, bem como as circunstâncias no que respeita à informação são de extrema importância para as situações decisórias ou de escolha. A maneira como se chega à informação é então de grande importância.

A ideia de Network é crucial neste tipo de abordagem. Com efeito, considera-se que o homem é influenciado pela **rede social** (social network) em que participa. Para a teoria da localização desempenha importante papel o **local de origem ou de residência** do empresário. A resistência à mobilidade por parte dos trabalhadores que procuram emprego preferencialmente numa área próxima da sua residência (Johansson M. et al, 1991) é um condicionante nas decisões de localização. Gerir a informação, trabalhar em rede, antecipar o futuro, otimizar os recursos: eis a mensagem que se pode extrair do trabalho de Allen Pred

Os consumidores e produtores não avaliam apenas as características estruturais objectivas mas são frequentemente influenciados pelo *mapa mental* formado pela imagem subjectiva do conhecimento espacial. Pellenbarg (1985) concluiu, a partir de diversos trabalhos de investigação, que estes factores são bastante importantes na escolha da localização. Além disso considera, ainda, que os indivíduos agem frequentemente nas **fronteiras da racionalidade** e que, nestas condições, os resultados das escolhas devem ser abordados de **forma probabilística**. Uma abordagem probabilística pode diminuir a má qualidade das estimativas através da aplicação de cálculo das probabilidades e do estudo de **behavioural space** trabalhando com valores esperados em vez de valores exactos. Toda a acção se desenvolve num espaço concreto que forma o seu meio apropriado, moldado pelo tempo.

1.3 - Teorias e modelos de desenvolvimento regional

1.3.1 - Introdução

Embora as questões da localização das actividades económicas no espaço tenham preocupado já estudiosos do século XVIII (o caso, por exemplo de Cantillon) e tenham começado a ser sistematizadas a partir do século XIX, com von Thünen, aproximamo-nos do fim do século XX sem que tenha sido formulada uma teoria do desenvolvimento regional de aceitação generalizada. Efectivamente, mesmo as teses de

aceitação menos discutível esbarram frequentemente com barreiras à sua aplicação por parte dos poderes públicos responsáveis pela elaboração e implementação dos planos de desenvolvimento regional.

Deixando de parte os condicionantes políticos responsáveis pelas frequentes contradições com que esbarram os decisores, consideramos que a nível teórico a maior barreira reside, mesmo ainda hoje, no facto de se tentar abordar as questões do desenvolvimento regional a partir de um quadro mental prisioneiro de modelos teóricos de escala nacional onde os espaços regionais são considerados homogéneos. Este tipo de abordagem despreza as interdependências espaciais e as economias externas e de escala. Despreza, sobretudo, o papel motor que o Ensino Superior e a Investigação podem/devem desempenhar no desenvolvimento.

A transposição de modelos espacialmente agregados para o nível regional, são o resultado desse quadro mental - abordagem das questões regionais como se de um nação se tratasse - em que se têm movimentado uma boa parte dos economistas e, sobretudo os decisores do desenvolvimento regional.

Entretanto, convém salientar, desde já, que desenvolvimento não se confunde com crescimento. Para uma teoria do desenvolvimento regional importa considerar as regiões como sistemas abertos sugerindo que se preste particular atenção ao estudo dos efeitos interregionais. Importa perspectivar a região, não apenas, como um espaço contíguo, mas também como espaço relacional e temporal, onde instituições, actores e agentes, se hão-de encontrar, não em função de relações personalizadas dependentes de interesses individuais por vezes opacos, mas sim, em função de estratégias e de objectivos, estas, por sua vez, integradas num modelo de desenvolvimento sustentável, onde todos se revejam.

1.3.2 - A teoria tradicional

A teoria espacial procurou sempre explicar a localização das actividades económicas, tentando determinar a organização óptima do espaço em relação a uma certa concepção de racionalidade económica. Em tais modelos é feita referência a uma centralidade em relação à qual o espaço se estrutura. Mas esse centro é um conceito abstracto desprovido de qualquer significado social (Gouguet, J.J, 1989¹).

¹ Gouguet, J.J (1989) - “Pour une Europe Federal des Régions” Colloque - La Science Régional et L'état (Girodins et Jacobins) Bordeaux.

Na teoria espacial é crucial colocar claramente a questão das relações entre centro e estado:

- Existe sempre um centro nos modelos espaciais: o centro é o **pivot** da análise da organização do espaço.
- Existe sempre um centro nas perspectivas do ordenamento do território: o centro é o **pivot** da estruturação do espaço.

Mas tal centro nunca é bem definido. Sendo o espaço centrado, o problema consiste em analisar como as actividades económicas se vão ordenar, como os agentes económicos vão procurar utilizar o espaço o mais racional possível. O espaço, além de não ser neutro, nem homogéneo, não possui um centro à prior e nem se quer é razoável amarrar os modelos e as estratégias de desenvolvimento regional à existência de um centro polarizador. **O extraordinário progresso das tecnologias de informação criou condições para a organização em rede facilitando a distribuição, por redes ou eixos de centros de média dimensão, das funções desempenhadas tradicionalmente por um grande centro. E isto é de crucial importância para as regiões do interior**

A teoria tradicional do desenvolvimento regional, cujas bases assentam no pensamento neoclássico e no pensamento keynesiano, é orientada para o funcionamento dos mecanismos de mercado. Como sabemos, a abordagem neoclássica é baseada no princípio da racionalidade e do perfeito acesso à informação por parte de produtores, consumidores e trabalhadores. O equilíbrio entre a oferta e a procura, no mercado de bens e de trabalho, é obtido através do ajustamento nos preços e/ou nas quantidades.

Admitindo que estamos em presença de duas regiões, uma com elevado nível de crescimento, elevados salários e lucros e outra com uma economia em estagnação, a diferença nos níveis salariais provocará, de acordo com a teoria neoclássica, a deslocação de trabalhadores da região *pobre* para a região *rica* aproximando gradualmente os salários. Simultaneamente, empresas com processos produtivos intensivos em trabalho e terra, deslocar-se-ão da região “rica” para a região *pobre*, atenuando a deslocação de trabalhadores no sentido contrário e criando, na região pobre uma maior dinâmica de crescimento. Esta mobilidade de trabalho e de capital, em sentidos opostos acabaria por nivelar os preços dos factores e, através da igualização dos custos, nivelaria também o preço de bens e de serviços, segundo *Mundell*. E aí está o milagre neoclássico: no fim todos seríamos ricos.. ou talvez todos ficaríamos mais pobres!!

E foi o pensamento neoclássica que até recentemente serviu de suporte às teorias e à maior parte dos modelos de desenvolvimento regional assentes no **paradigma funcionalista**. O equilíbrio interregional seria, de acordo com este paradigma, garantido pela mobilidade de factores. E quando as forças de mercado não garantissem o desenvolvimento espacialmente equilibrado, os apoios externos em infra-estruturas, ou a fixação de empresas chave encarregar-se-ia de gerar as sinergias necessárias, de disseminar efeitos, de criar economias externas, economias de aglomeração, que acabariam por garantir o desenvolvimento equilibrado. E nem a teoria de *Myrdal* nem a teoria dos pólos de *Perroux* descolaram deste paradigma que, de forma assumida ou não, tem servido de quadro mental na elaboração dos modelos de desenvolvimento no nosso país. E as consequências aí estão, bem claras: **um litoral que cresce de forma desordenada com consequências negativas na qualidade de vida - veja-se a excessiva concentração de trânsito, os problemas da habitação, os problemas da poluição sonora, do ar e das águas - entretanto o interior vai sendo sangrado dos seus recursos mais valiosos, a sua população activa porque se teima em fechar os olhos às necessidades e também às potencialidades que o interior encerra.** A cegueira da competitividade global (naturalmente necessária), repetimos *a cegueira da competitividade global a qualquer preço* faz esquecer que o todo é o resultado das interacções complexas entre as partes.

1.3.3- Desenvolvimento a Partir de Factores Internos: Paradigma territorialista

O estudo do crescimento a partir de factores internos aconselha que se preste particular atenção ao aumento na disponibilidade de factores produtivos, através do aumento dos investimentos, da melhoria da eficiência nos processos produtivos, **melhoria do nível educacional, inovação tecnológica, melhoria no sistema de transportes e infra-estruturas e melhorias na organização**. Em geral, pode dizer-se, que é necessário prestar mais atenção ao lado da oferta e à estrutura de custos. Considerando que, com as actuais tecnologias de transportes e comunicações, a superação do factor distância entre o centro de decisão e o nódulo onde se desenvolvem as actividades produtivas, tem um custo insignificante quando comparado com o custo total da operação em causa, o problema, consistirá em saber se o termo centro ou rede de centros, na acepção de nódulo de relações de dependência, deve ser associado a concentração de agentes de decisão, ou à concentração de actividades executivas de primeira ordem. O facto de os custos de deslocação dos agentes de decisão para o local onde se concentram as actividades executivas de primeira ordem ter pouco significado aconselha a que se identifiquem os nódulos das relações de interdependência com as

actividades executivas de primeira ordem, pois é a partir dessas actividades que as decisões ganham relevo.

O surgimento de nódulos de relações de actividades executivas de primeira ordem está sempre ligado à existência de um centro urbano ou de uma rede de centros urbanos dimensionados e equipados para desempenharem um conjunto de funções administrativas.

A especialização, consequência e resultado da inovação, reflecte-se nas transformações das estruturas económicas implicando transformações nas relações de dependência, reforçando, regra geral, as relações de interdependência.

Entretanto, como factores internos de desenvolvimento e que interactuam com o crescimento dos centros urbanos, para além da necessária rede de transportes e de comunicações, deve salientar-se, o ordenamento urbano, o saneamento básico, a concentração de actividades de comércio e de serviços, a presença, relativamente concentrada de recursos naturais, a proximidade de centros de formação, de investigação e inovação (universidades e outras instituições de ensino e de I&D). Cada vez mais, o desenvolvimento regional, depende da massa crítica concentrada na região, da inteligência e do saber fazer local e tradicional. À Universidade cabe, quer a nível do ensino, quer da investigação, quer ainda da dinâmica cultural e relacional - a ética é! /deve ser! Um valor dos mais caros à universidade e todos quantos nela trabalham. Só assim poderemos garantir o empenho convergente de todos no desenvolvimento regional.

Efectivamente, os modelos de mercado, tratando de optimizar as condições das trocas entre regiões não só não conseguem abordar correctamente o fenómeno da inovação e do desenvolvimento, mas são também herméticos à realidade territorial que é inscrita nos próprios princípios da construção europeia.

Ao introduzir mecanismos dinamizadores da oferta como têm sido importantes programas comunitários - L'ESPRIT, BRITE, RACE, STRIDE, IMPAC, actualmente o STER, por exemplo, que visam reforçar a capacidade de inovação tecnológica dos organismos e aumentar, por esta via o potencial de desenvolvimento dos países membros, a U.E revela estar consciente das limitações dos modelos de mercado para, só por si, resolverem os problemas das assimetrias regionais

Mas vale a pena fazer aqui uma breve referência à abordagem estrutural evolucionista, pela sua importante abrangência e actualidade. Nesta abordagem, que está relacionada

com a *teoria dinâmica do mercado* (de Jong, 1981) é prestada particular atenção ao papel do Estado e das multinacionais no Desenvolvimento Regional. Esta abordagem tem fortes pontos de contacto com a teoria do empresário inovador de Schumpeter. O desenvolvimento científico e tecnológico, a inovação, a internacionalização da produção e da distribuição e a acelerada mundialização da economia reclamam ajustamentos permanentes. É, por isso, necessária uma visão dinâmica evolucionária que leva em conta os factores de poder. Esta abordagem - que não constitui ainda uma verdadeira teoria - pode ser descrita a partir de pelo menos quatro perspectivas:

1 - O desenvolvimento tecnológico e a dinâmica dos mercados;

2 - O empresário inovador;

3 - A forma da tomada de decisões dentro da organização ;

4 - As condições ambientais para o desenvolvimento;

As três primeiras perspectivas são abordadas na *teoria Schumpeteriana* e na *teoria dinâmica do mercado*. A sua compreensão exige uma visão de longo prazo, porque a estrutura de oferta - qualidade e quantidade de trabalhadores, conhecimentos, infraestruturas, tecido empresarial, etc - não mudam de um dia para o outro, pelo contrário, o seu ajustamento processa-se ao longo de um período de tempo relativamente longo.

De acordo com *Schumpeter* (1883-1950) a inovação tecnológica está ligada aos ciclos de conjuntura. *Schumpeter* partiu do princípio de que a par dos ciclos curtos de 3, 5 e 7 anos existiam também ciclos longos de 20 anos (ciclos de *Kuznetz*) e de 50 a 60 anos (ciclos de *Kondratief*). Sobretudo os períodos de recessão económica reclamam preocupações sobre a introdução de novas tecnologias, novos mercados, novas formas de organização, etc.. Isto é, obrigam à inovação. Aqueles que conseguem introduzir inovações importantes são, segundo Schumpeter, **as figuras chave da economia, os verdadeiros empresários.**

A partir da introdução de novas tecnologias e de inovações nos produtos, nos processos, na organização, etc., encontra a economia o caminho para sair da recessão.

Schumpeter introduziu ainda dois pressupostos, a saber:

- 1) Para garantir a dinâmica do processo económico é necessário um sistema político que estimule a **liberdade e a criatividade**;
- 2) Através do aumento do **carácter científico das invenções** que têm lugar nos Centros de Research and Development (R&D) serão as empresas cada vez mais beneficiadas já que os custos relacionados com R&D são cada vez mais elevados

O papel do Estado, segundo *Schumpeter*, será não apenas o estímulo e garantia da liberdade e da criatividade, mas também o estímulo ao conhecimento técnico em colaboração com as grandes empresas.

E as instituições de Ensino e de I&D, qual deve ser o seu papel na concepção, preparação e implementação de um modelo de desenvolvimento? Voltaremos a este assunto um pouco mais adiante!

1.4 - Modernas concepções de desenvolvimento: a dimensão humana.

A crise do paradigma funcionalista e a gradual aceitação do paradigma territorialista, passou por um processo complexo de debates e reflexões que marcaram o período pós crise petrolífera dos anos 70 e particularmente os últimos 15 anos. As acessibilidades introduzidas como indicadores do desenvolvimento regional, o desenvolvimento a partir dos factores endógenos e de sinergias locais (v.g. desenvolvimento a partir de baixo segundo Stohr) a inovação alicerçada no meio ambiente inovador (Aydalot, Cammagni, Peyrache, Perrin Agarstrand e outros) são importantes contributos, teóricos, recentes que sustentam o paradigma territorialista: - o desenvolvimento deve partir do homem, para o homem, basear-se nos recursos endógenos, ser espacialmente equilibrado, ser participado.

Abordaremos aqui as modernas concepções de desenvolvimento social e humano realçando a valorização do homem, bem como o papel do ensino superior, da investigação e da inovação no desenvolvimento regional.

Os indivíduos são a verdadeira riqueza de uma nação e o desenvolvimento tem como objectivo fundamental criar um ambiente que ofereça às populações a possibilidade de uma vida longa, feliz e saudável (Nações Unidas (1990), citado por Reigado, F. Marques 1991 b).

Para, Aristóteles as medidas e as acções desencadeadas para dar aos indivíduos uma vida próspera fazem a diferença entre um bom e um mau sistema político. E. Kant, por sua vez, afirmava: - *age de tal maneira que trates a humanidade tão bem na tua pessoa como nos outros, sempre como um fim e não como um meio.*

Esta citação de Kant serve para sublinhar uma concepção de desenvolvimento que tem como fim o próprio indivíduo e como objectivo o seu bem estar económico, social e cultural, o aumento do acesso aos bens e serviços, o reforço da sua liberdade de escolha, a vivência democrática, as possibilidades crescentes de participar na tomada de decisões relativa ao traçar dos seus próprios destinos e do sistema onde se insere.

Esta nova filosofia de desenvolvimento difere das abordagens tradicionais respeitante ao crescimento económico, formação de capital humano, desenvolvimento de recursos humanos, do bem estar e das necessidades essenciais do ser humano. As teorias da formação do capital humano e do desenvolvimento humano vêem no homem mais um meio, um agente de desenvolvimento, do que um fim. O homem é visto como factor de produção e como mercado para o escoamento de produtos finais. Pelo contrário, os que se preocupam, em primeiro lugar, com o bem estar e a qualidade de vida de todos os cidadãos, consideram os seres humanos mais como beneficiários do que como agentes do desenvolvimento.

Nesta concepção, o crescimento do PNB é necessário mas está longe de ser suficiente para assegurar o desenvolvimento. Com efeito, o desenvolvimento económico, social e humano só é real quando se preocupa, não apenas com a satisfação das necessidades essenciais mas também com a instauração de um **processo dinâmico de participação**, o que pressupõe o assumir de medidas e acções que enraízem nas populações das zonas do interior uma prática democrática de gestão, de relacionamento e de convivência.

Em que deve então assentar o desenvolvimento económico, social e humano?

Em primeiro lugar o desenvolvimento deve ter como objectivo a melhoria crescente do bem estar económico, social e humano de todos os habitantes incluindo o aumento do seu rendimento, a melhoria no acesso à saúde, à cultura, ao lazer, à formação profissional, ao emprego, à participação nas grandes decisões no que respeita aos seus próprios destinos e ao desenvolvimento da região, à diminuição do analfabetismo, **acesso ao ensino superior**, à justiça, as condições para viver em liberdade e em segurança. **O homem, que deve ser fim último do**

desenvolvimento, surgirá assim, também, como meio mais eficiente, porque mais motivado, mais preparado como ser humano, como profissional e também pela sua maior identificação com os objectivos de desenvolvimento.

Os recursos naturais e a própria história económica e social, as tradições, a cultura, o sistema de valores locais, são outro importante factor de desenvolvimento, formando o meio inovador e o ambiente económico, onde se alicerça o desenvolvimento.

Um outro factor de desenvolvimento são os transportes e as comunicações; a rápida mobilidade física de pessoas e bens e o acesso á informação só é conseguido através de uma boa rede de transportes e de comunicações. É importante o acesso aos grandes centros de consumo e da Administração Central, o que exige a existência de vias e meios de transporte interregionais adequados. Mas tão importantes ou mais são os acessos intraregionais porque deles depende o reforço das transações intraregionais as quais constituem a base do reforço do tecido económico, social e cultural, das zonas do interior e o da identidade como regiões.

As **telecomunicações e a informática** são, a par dos meios e vias de transporte, um dos principais elementos condicionantes do desenvolvimento. O rápido acesso á informação externa e interna são hoje indispensáveis ao desenvolvimento de qualquer região e á viabilidade, a longo prazo, de qualquer empresa (veja-se Reigado, F. Marques, 1991 a e b).

No que respeita ao processo decisional, importa que as decisões sejam tomadas numa proximidade espacial e emocional tão grande quanto possível do sistema real. Isso apela não apenas á criação das condições institucionais para que o processo decisional seja desenrolado, fundamentalmente no espaço geográfico, económico e social, das regiões a desenvolver e, por outro lado, a que **os decisores tenham um conhecimento profundo da realidade sócio-económica da região e dos desejos e aspirações das populações.** Com esta metodologia da tomada de decisões se relaciona - embora se não confunda - a própria metodologia do processo de planeamento e do desenvolvimento regional, só possível perante a existência de **poderes regionais.** Para que o processo de desenvolvimento regional ganhe uma dinâmica auto-sustentável é necessário que ele se identifique integralmente com os problemas, os desejos e as aspirações das populações. O desenvolvimento tem que partir de baixo *Development from below* como diz Walter Stohr (1981) o que implica uma visão e critérios diferentes relativos á localização dos factores. (Reigado, F. Marques e Mércia Cabral, 1992).

O desenvolvimento a partir de baixo pressupõe, segundo Stöhr (1981) o controle dos seus efeitos vindos de cima e a criação de uma dinâmica de impulsos nas áreas menos desenvolvidas. Para satisfazer estas exigências será necessário, por um lado, **reforçar as interações dentro de cada região e entre regiões e, por outro lado, estimular o surgimento de factores endógenos de mudança para combater as desigualdades e criar dinâmica de desenvolvimento.**

Finalmente *last but not least* o ensino, o desenvolvimento científico e tecnológico e a capacidade de inovar e criar competitividade é, cada vez mais, reconhecido como factor de excelência no desenvolvimento a longo prazo. É sobretudo este factor que se desenvolve no resto desta minha palestra se a V. Exas. ainda restar alguma paciência para me continuarem a ouvir.

2- Universidade e Desenvolvimento

2.1- Introdução

Da exposição feita até aqui parece ficar claro a responsabilidade do Estado e das Instituições de Ensino e de Investigação, em particular das Universidades no desenvolvimento regional.

A importância do ensino para a humanidade torna-se por demais evidente quando nos damos conta de que o controle da agressividade e a contenção da violência, evolui de forma positiva com a formação do homem ; mas ela revela-se também quando num relance de olhos pelo mundo nos damos conta de que são os países que mais investem no ensino e na investigação os que conseguem melhores níveis de desenvolvimento e de crescimento económico

Mas é pertinente deixar já a seguinte reflexão: - É necessário ensinar bem a bem pensar e bem proceder. É necessário aprender bem a ensinar bem e é igualmente necessária aprender bem a ser aluno quando se é professor; é necessária saber que estamos sempre a aprender , no dia a dia, que sabemos sempre pouco; que necessitamos de aprender sempre mais e mais; que o aluno que está à nossa frente e é a razão da nossa existência enquanto professores que estabelece / deve poder estabelecer connosco uma permanente relação dialéctica de troca de informação em que ambos aprendemos a aprender e a ensinar, mas sobretudo a viver em

sociedade, a respeitar-nos, a ser críticos e colaboradores, a ser reflexivos, a ter ideias próprias, respeitando as dos outros, a ser livres respeitando a liberdade dos outros. Eis a Escola que necessitamos. A Escola que o país necessita. Tão simples e tão complexa.

Procurarei apresentar algumas reflexões sobre a relação entre o ensino superior e, em particular o ensino universitário e o desenvolvimento, discutindo-se também a importância que as formas de gestão as políticas e as estratégias da Universidade têm para o seu desempenho no desenvolvimento regional.

2.2. - Ensino Superior, criação das instituições, seu funcionamento e correspondentes estratégias de acção

2.2.1 - Metodologia de abordagem

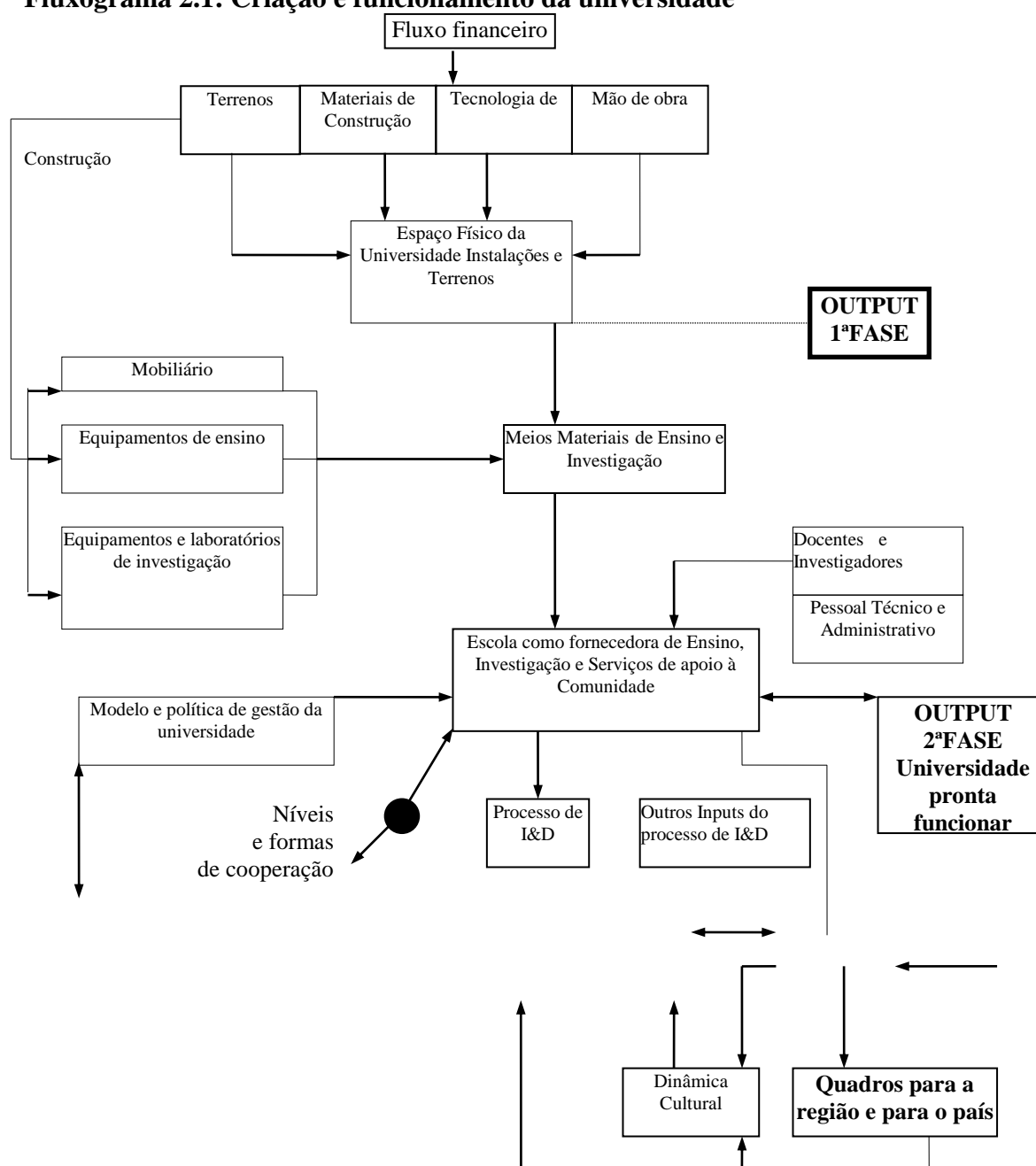
O grau de desempenho da Universidade no desenvolvimento regional tem de ser analisado a diversos níveis de abordagem. Num modelo centralizado a abordagem terá que ser global, muito embora seja desejável, ainda assim, destacar os efeitos que ela exerce sobre o espaço económico, social e cultural onde ela se localiza.

Num modelo descentralizado - considerado no duplo aspecto de descentralização espacial e de descentralização da gestão e dos poderes de decisão (v.g. autonomia) - a análise do envolvimento da universidade no desenvolvimento deverá seguir uma abordagem simultaneamente regional, interregional e institucional . Além disso o estudo cuidadoso do papel da Universidade no desenvolvimento deve levar em conta o processo da sua criação e funcionamento destacando os níveis e tempos de:

- Construção
- equipamento
- ensino:
 - a) a nível da licenciatura
 - b) a nível de pós-graduação
- investigação e apoio ao desenvolvimento

O processo de construção e de funcionamento de uma instituição de ensino superior e, em particular de uma universidade, é sintetizado no fluxograma da figura 2.1

Fluxograma 2.1: Criação e funcionamento da universidade



Retenha-se porém que a abordagem do processo de criação e desenvolvimento deverá fazer sobressair, antes de mais, o modelo de gestão da universidade e as estratégias que lhe dão substância. E só por isso vale a pena referir que construção e funcionamento de uma universidade não são conjuntos, não são movimentos , não são estratégias disjuntas. São processos sistémicos e, como tal, interactuantes obedecendo a um modelo próprio de universidade, à sua dialéctica própria, modelo que sendo relativamente autónomo não se deve alhear do modelo de sociedade da região, com os seus objectivos e as suas estratégias, em que a própria universidade se insere e deve servir.

Seguirei uma abordagem sistémica num modelo descentralizado porque é a que melhor corresponde ao modelo de universidade seguido actualmente em Portugal e em toda a Europa.

Mas não é sobre a fase da construção da universidade que me vou debruçar

2.2.2- A Universidade em acção

Os verdadeiros e substanciais efeitos multiplicador sobre o desenvolvimento regional - considerado como desenvolvimento económico, científico e tecnológico, social, cultural e humano - estão ligados a todo o processo de funcionamento da Universidade e à forma como ela se insere no meio ambiente e não tanto à fase de construção cujos efeitos são relativamente mecânicos e não distintos de qualquer outra actividade de construção, constituindo somente a preparação das condições materiais para a existência e funcionamento da própria Universidade. A Universidade em si, deve ser vista como um conjunto de actividades coerentes de ensino e de investigação, desenroladas fundamentalmente (mas não só!) no seu espaço físico obedecendo a uma filosofia própria, a um modelo coerente, a uma política clara e objectivos bem definidos e convergentes com os objectivos de desenvolvimento da região e do país e nas quais se devem envolver, de forma cooperante e crítica, em primeiro lugar o corpo docente, os órgãos de gestão e os quadros técnicos da Universidade, mas também o pessoal administrativo e os alunos.

Em linguagem económica, edifícios, mobiliário e equipamentos constituem **os inputs de capital**, enquanto docentes e técnicos os **inputs humanos fundamentais** ;

enquanto isso, os funcionários constituirão um segundo nível de **inputs humanos** - que nem por isso deixam de ser relevantes - os alunos a matéria prima a ser transformada no processo de ensino e o sistema económico e sócio cultural da região, a matéria prima a transformar no processo de investigação e de desenvolvimento.

Mas o ensino superior, enquanto processo de formação de quadros superiores e de investigação e apoio ao desenvolvimento regional, não se mede apenas, nem fundamentalmente, pelo número de licenciados que saem anualmente como **outputs**, para a vida activa. A orientação do ensino, a sua qualidade técnica/científica, a metodologia de transmissão desses conhecimentos e simbiose entre o ensino teórico e a assimilação do mundo real, são factores fundamentais para garantir que os resultados do processo de ensino se traduzam em eficientes **inputs** do processo de desenvolvimento regional. Isto é, os outputs do processo de ensino e de investigação e também do seu funcionamento democrático, com todas as consequências que daí advêm em termos de relacionamento interno e externo e em termos de eficiência; repetimos os outputs do processo universidade, devem ser simultaneamente inputs social, económica e culturalmente eficientes do desenvolvimento regional. Deste modo, o modelo de Universidade, as estratégias e formas de gestão e de participação reflectir-se-ão:

- na **política e gestão da Universidade**, nomeadamente:

- a) *grau de descentralização e de co-responsabilização mútuas.- descentralização efectiva e responsável, co-responsabilização e autonomia assumida;*
- b) *transparência e rigor de processos e de regras de funcionamento, respeito por todos e, em particular pelos adversários: - normas éticas que passam pelo assumir de uma atitude de missão por parte de todos e, em particular por parte dos dirigentes;*
- c) *participação na definição e implementação de estratégias;*
- d) *cooperação interdepartamental;*
- e) *disciplina, liberdade e criatividade dos docentes e investigadores.*

- na **dinâmica cultural** que a Universidade, através do empenho institucional e do envolvimento organizado ou individual dos docentes, alunos e funcionários, consiga imprimir no seu seio e transmitir para o exterior. Dinâmica cultural que não pode ser desligada do sistema de valores da própria região. Sistema de valores a que o próprio modelo de universidade não deve ser alheio.

- no **relacionamento com a comunidade**, nomeadamente com empresas e/ou associações empresariais, autarquias, instituições públicas ou privadas de nível central ou regional, agentes económicos em geral. Relacionamento aberto, de dar e receber. De receber e devolver à região, à comunidade, com valor acrescentado, o produto das nossas energias intelectuais e relacionais, assumindo sempre que a nossa função, a função da universidade, a função dos seus dirigentes e de todos os professores, técnicos funcionários e também alunos, é a de engrandecer **científica, cultural, ética e democraticamente a Universidade** e, nessa medida a região onde ela se insere e na qual se deve progressivamente endogeneizar. A Universidade deve assumir-se sempre como um exemplo de relacionamento democrático e ético, de rigor e de tolerância.

Concretizando, **o leque de licenciaturas e de pós-graduação oferecido, a ligação entre ensino e investigação e a inserção do conhecimento do sistema real**, no processo de ensino, devem ser preocupações dominantes se pretendemos que a Universidade intervenha activamente no desenvolvimento regional. **Se o apoio ao desenvolvimento regional, nas vertentes científica e tecnológica, económica, social cultural e humana e na gestão participada, for preocupação dominante da política da Universidade isto é, constituírem os vectores fundamentais do modelo de gestão e de desenvolvimento da Universidade então, segue-se como corolário lógico, que os seus objectivos de desenvolvimento devem ser convergentes com os do desenvolvimento da própria região, quer no que respeita ao leque de cursos oferecidos, quer ao número de licenciados a colocar no mercado de trabalho, quer ainda no que respeita à política de investigação. Repetimos, subordinado aos interesses do desenvolvimento regional, deve estar o modelo, as estratégias e a matriz relacional da universidade. Subordinado aos interesses de engrandecer a universidade deve e estar o comportamento dos seus gestores, em todo o processo de funcionamento, mas, muito em particular quando se trata de definir critérios e métodos para a progressão da carreira. O único critério para a progressão na carreira deve ser científico, pedagógico e ético! Ético disse bem!**

No actual contexto sócio-económicos mundial, caracterizado por profundas transformações tecnológicas, as universidades não podem continuar a seguir um modelo *introvertido* de funcionamento. Pelo contrário, terão de abrir-se para os problemas da sociedade se quiserem desempenhar o papel **motor do seu desenvolvimento**. Mas isso apela a um modelo de gestão aberto também repulsor de métodos autocráticos, centralizadores. É justo reconhecer que o ambiente para o **interface universidade/empresa** não é, em Portugal, ainda muito favorável. Ao contrário do

que se passa na maioria ou em quase todos os países da Europa Comunitária, onde uma boa parte da investigação aplicada e mesmo de cursos de pós-graduação são financiados pelo sector empresarial, em Portugal, esse *interface*, é ainda muito limitado. Universidades e empresas continuam de costas voltadas com prejuízo para a sociedade em geral.

No que respeita à investigação, sem menosprezar o importante papel que deve continuar a atribuir-se aos centros e laboratórios na própria universidade, deve prestar-se atenção à **criação de centros de excelência e de centros de inovação empresarial** - em colaboração com associações empresariais, com autarquias e outras instituições, mas onde as Universidades devem desempenhar um papel de liderança porque é fundamentalmente a elas que cabe a função criativa e inovadora de base. O processo de investigação, que sem menosprezar a componente de investigação pura - com importantes efeitos no longo prazo - deve ser orientado fundamentalmente para o apoio ao desenvolvimento - no sentido de dar resposta às necessidades de médio prazo -, deverá processar-se em diálogo aberto com os outros agentes regionais, procurando **envolver nela os estudantes dos últimos anos** e ter uma importante componente criativa e de planeamento do próprio desenvolvimento. Mas não só os estudantes devem ser envolvidos nas acções de investigação, planeamento e estudos sócio-económicos. **A Universidade deve tirar partido das modernas tecnologias de informação - internet, Correio electrónico - para alargar a participação em acções de investigação e estudos económicos todos os cantos da região, aproveitando os técnicos locais para criar núcleos de apoio.** Ninguém duvidara de quão mais fácil se torna, deste modo ter um conhecimento mais profundo das realidades locais e, com eventual redução de custos. **Isso significa que, por um lado, a investigação deve ser um misto de ciência e de arte - embora com predominância da componente científica - e, por outro lado, deve ser uma actividade multidisciplinar e amplamente participada.**

Não menos importante do que a investigação e o ensino, **é a dinâmica cultural que as universidades deverão introduzir no ambiente geográfico e social onde se inserem.** As associações de estudantes têm, neste domínio, um papel de liderança a desempenhar, através da orientação das suas realizações culturais e recreativas, da sua penetração na vida sócio-cultural da região e da capacidade de **apreender, desenvolver e devolver às populações os padrões e os valores das culturas e costumes locais.** A política da universidade não deverá alhear-se da componente cultural. Dela dependerá, em parte, a dinâmica associativa e a própria incorporação do corpo docente na vida cultural e recreativa da região. **No que se refere às Associações Académicas deve a**

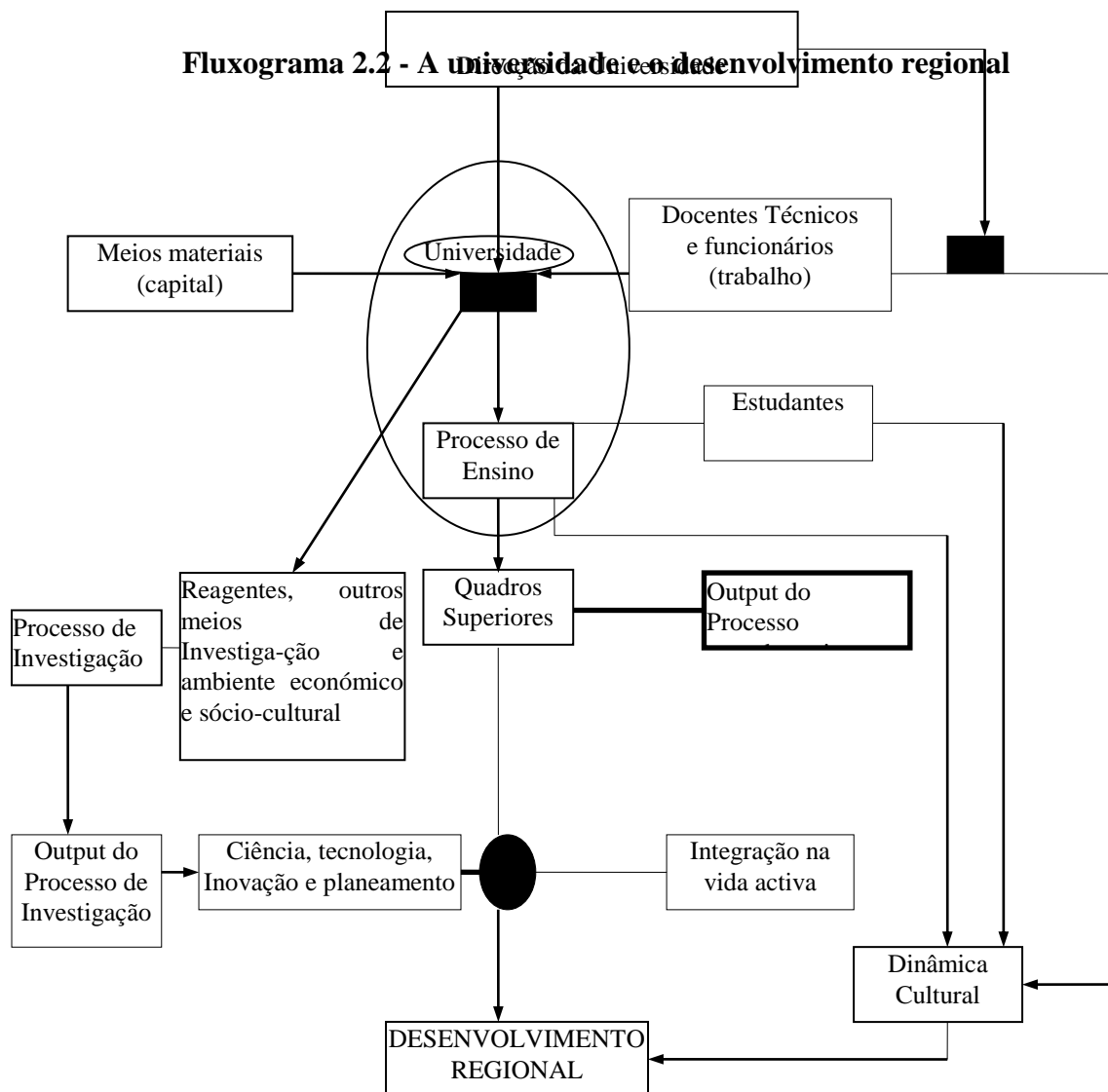
universidade assumir a posição de apoio neutro à sua organização e dinâmica cultural colocando-se sempre acima dos processos internos de direcção e mesmo da participação crítica desenvolvida pelas associações e seus estudantes. Isto é, o apoio financeiro às Associações de estudantes não deve condicionar o papel crítico que estas devem ter perante a direcção da universidade e perante a sociedade. A sua intervenção crítica tem aportado contributos de elevado significado para a academia e para a sociedade em geral. Importa aqui lembrar o importante papel que o movimento estudantil desempenhou na denuncia do fascismo e da guerra colonial, sendo justo afirmar que o movimento estudantil foi co-autor da revolução de Abril.

O apoio às Associações Académicas deve pois, não só, ser isento mas, também, estimulador da crítica construtiva, porque a crítica construtiva faz progredir a sociedade. Em resumo, o papel da universidade no desenvolvimento regional depende fundamentalmente da política de ensino e de investigação, do modelo de gestão seguido da capacidade de diálogo interno e externo e da capacidade que o modelo de gestão, as estratégias e a política da universidade tiverem para se assumirem como exemplos para as diversas instituições públicas e privadas. Referimo-nos aqui, não às características técnico-contabilísticas de gestão, mas à capacidade de implementar um **modelo de gestão democrático e responsável, uma gestão participada sem que os seus dirigentes percam o papel de liderança**

Sublinha-se o facto de as mais recentes concepções de desenvolvimento introduzirem as variáveis de democracia e de liberdade no vasto conjunto das variáveis fundamentais (PNUD, 1990 e 1994). O papel das universidades no desenvolvimento regional deverá então ser medido também pela capacidade de levar à região e cultivar nela, uma cultura democrática, de liberdade e de responsabilidade. A democracia cultural é defendida na Resolução nº1 da Conferência de Oslo de 1976. Esta democracia cultural implica que a distinção entre *cultura superior* e *cultura inferior* seja abandonada. Isso apela ao desenvolvimento e à cooperação cultural quer no sentido descendente quer no sentido ascendente. Neste movimento a universidade deve desempenhar um importante papel, quer estimulando e apoiando os movimentos culturais de base, quer orientando as suas actividades culturais e recreativas na direcção dos valores e costumes locais. *A dinâmica cultural significa sobretudo a capacidade do homem para reflectir sobre si mesmo e sobre as suas relações de seres racionais, críticos eticamente envolvidos* (Bassand, 1991, pág. 504).

Sublinhe-se ainda que a própria atracção de técnicos e a fixação da população jovem depende cada vez mais do ambiente sócio-cultural local (Czamanski, 1987) que vem tendo peso crescente na sua função de utilidade em detrimento do factor rendimento

Fluxograma 2.2 - A universidade e o desenvolvimento regional



2.3- Universidade e Desenvolvimento

2.3.1 - *A Universidade na Produção de Ciência e no Apoio ao Desenvolvimento Regional*

Recapitulemos que o processo de interacção entre a universidade e a Comunidade para produzir inovação e gerar desenvolvimento deve, por razões de metodologia, ser abordado a dois níveis alertando porém, desde já, para a interacção entre ambos.

Ao nível interno do funcionamento da Universidade abstraímos do meio ambiente onde ela se insere e concentramos o estudo, nos inputs geradores do processo de criação e transmissão de ciência e consequentemente nos outputs correspondentes que serão os novos licenciados e o produto da investigação e da inovação. Sem ignorarmos o processo de transformação em si mesmo que, através do processo recíproco de estudo - ensino, transforma alunos (a matéria prima do ensino) em novos licenciados em Mestres ou em Doutores e, o processo de investigação que produz ciência, inovação e desenvolvimento, concentrar-nos-emos, fundamentalmente nos inputs (capital e trabalho) que pela sua combinação mais adequada produzirão como **output** os melhores resultados em termos de ciência, de cultura e de desenvolvimento: Posteriormente os **outputs** e, em parte, os próprios **inputs** deste processo interno à Universidade, serão relacionados com o próprio desenvolvimento integrando a Universidade como motor, como motivo e também como receptora do próprio desenvolvimento num processo *quasi* circular em que ensino, investigação, desenvolvimento científico, inovação e desenvolvimento económico se interceptam e interinfluenciam de forma sistémica - dinâmica.

A abordagem da Universidade, em si, pressupõe a análise da combinação dos factores que determinam e condicionam o seu funcionamento, nomeadamente:

■ **Modelo de Gestão e de Desenvolvimento da Universidade**, descentralização das decisões, respeito pelas competências e atribuições de todos os níveis decisoriais e de todos os técnicos docentes e funcionários. Só assim se conseguirá uma universidade coesa, forte. Uma ACADEMIA com letra grande ;

- **corpo docente, sua composição** (Doutores, Mestres, Licenciados) e grau de integração na Instituição: dedicação exclusiva ou dedicação parcial;
- **quadros técnicos, investigadores** e pessoal administrativo;
- **instalações**, acessibilidade às mesmas e condições de funcionamento;
- **laboratórios** ou Centros de Investigação, ou de extensão. orientados para o desenvolvimento;
- **bibliotecas, Serviços de Reprografia** e outros serviços de apoio;
- **financiamento da Universidade**;
- **ambiente interno** e formas de relacionamento e organização, ética e transparência.

Porém, ao integrarmos a Universidade no seu meio ambiente restrito - a região -, surge a necessidade de analisar formas de relacionamento e de **troca de informação externa** que não deixarão de se reflectir na estrutura curricular da Universidade, na orientação da investigação e da prestação de serviços à comunidade e no próprio recrutamento e formação dos recursos humanos. É ainda na simbiose Universidade/Comunidade que a vertente cultural e intelectual da Universidade é chamada a desempenhar um papel importante, orientado para o desenvolvimento da região onde se insere (Reigado, F. Marques, 1993^a).

Tendo como objectivo maximizar o nível dos **outputs** dos processos, quer de ensino, quer de investigação, importará agir de forma racional e, em articulação com os responsáveis do desenvolvimento regional, aos diversos níveis do processo, nomeadamente:

■ Na matriz de ensino e investigação.

- Na **escolha do capital fixo** mais adequado; instalações, bibliotecas, laboratórios e outros equipamentos de investigação, reprografias, etc.. Complementarmente à escolha destes bens de capital deve escolher-se a localização mais funcional que rentabilize económica e sobretudo socialmente o uso, por todos, os potenciais utentes que a eles tenham acesso.

- Na escolha dos **recursos humanos** os quais, por conveniência de exposição, consideramos divididos em 6 grupos:

- 1) docentes doutorados
- 2) mestres
- 3) docentes com apenas a licenciatura
- 4) investigadores
- 5) quadros técnicos
- 6) pessoal administrativo e auxiliar.

Escolha que deve ser isenta obedecendo a critérios objectivos previamente definidos.

No que respeita ao corpo docente, a procura de Doutores de elevada qualidade, deve ser um processo universal, como universal é o espírito, a filosofia e o alcance da Universidade. A internacionalização do corpo docente é altamente desejável quer integrada numa organização institucional que permita uma inserção do professor em equipas estruturadas, aumentando-se assim o nível científico dos cursos, fortalecendo as actividades de investigação e preparando discípulos que continuem *a obra iniciada* transmitindo modernos conhecimentos e transferindo experiências válidas inter-gerações.

As únicas restrições à contratação de Doutores fora da Universidade - no país ou no estrangeiro - devem ser:

- a) necessidades reais dos diversos departamentos;
- b) rigor científico e pedagógico;
- c) garantias de bom relacionamento, espírito de equipa e espírito académico.

É necessário criar uma dinâmica de progressão na carreira, para docentes, técnicos e funcionários que seja clara, sem ambiguidades, transparente, que tenha como objectivos a dignificação da instituição universidade e dos seus elementos e, como únicos condicionantes a competência científica, pedagógica, técnica ou administrativa conforme os casos; para todos os casos a forma isenta, correcta com que se entregam à instituição, a capacidade de relacionamento, a capacidade de trabalhar em equipa, devem ser factores a ter em conta na progressão na carreira. Isentas devem estar sempre diferenças religiosas, ideológicas, de raça, ou mesmo de nacionalidade de origem dos docentes

Gerir é dialogar, conseguir convergência na divergência, agir, voltar a dialogar, respeitar para ser respeitado, ouvir para ser ouvido, mas não deixar de agir em função dos interesses da instituição e dos compromissos que esta deve ter para com a comunidade.

Estamos a falar da Universidade e do desenvolvimento regional. Estamos a falar da criação e da transmissão de ciência, mas também de cultura; ciência e cultura que sejam o motor de inovação e desenvolvimento. Mas o desenvolvimento é um processo que tem lugar no espaço e no tempo, que tem lugar num meio apropriado. E para que a Universidade possa assumir-se como motor de progresso e de inovação devem, os seus dirigentes, ser capazes de colocar-se no espaço e, sobre o espaço no tempo oportuno. Não dirige quem se deixa arrastar pelo tempo, quem não sabe situar-se no espaço e no tempo. No que à Universidade diz respeito, o seu engrandecimento, a ocupação do espaço que lhe pertence, exige que se saiba estar sempre no centro do tempo, numa posição de antecipação programada, tirando partido dos ensinamentos do passado, gerindo de forma participada, transparente e democrática o presente mas,, perspectivando sempre o futuro.

Não é líder quem corre atrás do poder cavalcando nas ancas do tempo agarrado as crinas das oportunidades imediatas, apoiado em moletas de ocasião. **É líder quem antecipa, quem sabe atalhar acontecimentos casuísticos e, tomando como único objectivo o desenvolvimento da instituição e da região, quem é capaz de conduzir o próprio tempo.**

- A organização institucional do sistema de ensino superior e a gestão do processo interno a cada universidade, deve obedecer a uma certa dualidade, integrando, por um lado, o Ensino Público e Privado, Universitário e Politécnico, nas proporções mais adequadas às necessidades de desenvolvimento do país e de cada região e, sobretudo de acordo com as áreas de conhecimento científico e a função a desempenhar na sociedade, nos diversos níveis hierárquicos de responsabilização e, preparar, simultaneamente, cidadãos com elevada cultura geral e científica, profissionalmente competentes e qualificados e, com formação integral que permita a mobilidade de emprego e incute espírito inovador e de risco. **Antes de aprender a fazer é necessário que o indivíduo aprenda a conhecer-se e a respeitar-se a si e ao seu semelhante, enquanto homem, que aprenda a conhecer a sociedade a que pertence e o papel que nela vai desempenhar, num relacionamento que se deseja, produtivo e sociável.**

Referindo-nos à organização interna sublinha-se o papel que a boa gestão dos recursos humanos e materiais, **o ambiente de diálogo e de participação democrática e de respeito mútuo, o sentido de responsabilidade e de disciplina têm na qualidade e**

quantidade do output produzido. No âmbito do ensino, a natureza dos cursos, a sua prioridade para a sociedade e as componentes magistral, laboratorial, informativa e participativa, devem intervir na definição das formas matriciais.

Mas o processo de ensino não será completo nem produzirá **outputs** em quantidade e qualidade desejável, se o próprio docente não for capaz de assumir permanentemente o papel de aluno que continuamente necessita de actualizar e aprofundar os seus conhecimentos. O **financiamento de um Programa de Formação Pedagógica de Professores, a nível universitário**, surge assim como uma acção a prosseguir em nome da melhoria da qualidade do ensino, sobretudo em termos de pedagogia. Para além da formação dos seus próprios docentes a Universidade deve, a par dos cursos formais, organizar, com regularidade, cursos de especialização e actualização que permitam aos quadros da empresa e da Administração Pública e aos professores do ensino secundário uma actualização quase permanente.

Relativamente aos cursos formais, salienta-se a necessidade de secundarizar o papel das universidades na formação de licenciados em favor de um maior empenho a nível da pós-graduação e mesmo de pós-doutoramento. A organização de mestrados e de cursos de doutoramento, ou outros cursos de pós-graduação, para formar quadros altamente qualificados para o ensino superior e para as empresas e, a prazo, a organização de cursos ou seminários a nível de pós-doutoramento, deve tornar-se uma das primeiras prioridades da Universidade.

BIBLIOGRAFIA DO CAPÍTULO 1

- Bassard, M. (1987) - *Dynamic Culturelle et Developpement Regional Endogene* em **Espaço e Periferia**, Colóquio Internacional, LNEC, Lisboa
- Batty M. (1970) - *An Activity allocation model for the Notts/ Derby Sug-region* em **Regional Studies**, vol.4,nº-3
- Berkoz, L. (1991) - *A Dynamic Model for New Firm Location in Istambul* em **31st RSA European Congress** ,vol.III, Tome2 , Lisboa
- Cantillon, R.(1755) - **Essai sur la Nature du Commerce en Général**, Londres
- Cazki, M. (1991) - *Location Choice of Medium and Large Scale Manufacturing Industries in Metropolitan Cities* em **31st RSA European Congress**, Vol.III, Tome2, Lisboa
- Christaller, W.(1966) - **Central Places in Southern Germany**, N N. York
- Crips, E.L. (1968) - *Limitation of the gravity Concept* em **Styles**
- Czamanski, D. (1987) - *The Effect of Location Subsidies on Corporate Decisions* em **Regional Science and Urban Economics**, 17 North -Holland
- Eiselt, H. A., Gengrean,M. e Laporte, G.(1991) - *Location of Facilities on Network With Edge Failures* em **31st RSA Eurpean Congress**, Vol.III. Tome1, Lisboa
- Garner, B. J. (1968) - *Models of Urban Geography and Settlement Location* em **Chorley, R. J. e Haggett, P. (eds.) Socio EconomicModels**, Londres
- Greenhut, M.L. (1956) - **Plant Location in Theory and Practice: The Economics of Space**, University of N. Carolina
- Hansen,W.G.(1959) - *How Accessibility shapes land use* em **Journal of the American Institute of Planners**

- Isard, W. (1960) - **Methods of Regional Analysis**, MIT, Press
- Jong M.W. de (1987) - **New Economic Activities and Regional Dynamics**, Amsterdam, KNAG, Nederlandse Geografische Studies, 38
- Laksmanan, T.R. e Hansen, W.G. (1965) - *A retail Market Potencial Model* em **Journal of the American Institute of Planners**
- Lambooy, J.G. (1988) - **Regionale Economische Dynamiek**, Coutinho, Muiderberg, Holland
- Lee, Colin (1972) - **Models in Planning**, Pergamon Press, Oxford
- Lewis, J.P. (1970) - *The Invasion of Planning* em **Journal of the Town Planning Institute**
- Lefebvre, H. (1976) - **La Production de l' Espace**, Paris
- Lopes, A. S. (1987) - **Desenvolvimento Regional: Problemática Teórica, Modelos, cap.3**, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa
- Losch, A. (1954) - **Die Räumliche Ordnung der Wirtschaft**, New Haven: Yale University
- Louter, P. (1991) - *Spacial Variations in Economic Potencial in Manufacturing Industries in the Netherlands* em **31st RSA European Congress, vol.III, tome 2**, Lisboa
- Mundel, R. A. (1957) - *International Trade and Factor Mobility* em **A.E.R., 47**
- Myrdal, G. (1957) - **Economic Theory and Underdeveloped Regions**, Duckworth, Londres
- Paelink, J. e Nijkamp, P. (1975) - **Operational Theory and Method in Regional Economics**, Saxon House, Londen

Pallenbarg, P. H. (1985) - **Bedrijfs Locatie en Ruimtelijk Kognitie**, Meppel: **Sociaal- Geografische Reeks, nº.33**, Geografisch Instituut der Rijks Universiteit Groningen

Reigado, F.M. (1990) - *La Regionalisation au Portugal- Un Imperatif democratique*, em **Revue d'Economie Régionale et Urbain, nº. 4**

Reigado, F.M. (1992a) - *Transborder Development and Demographic Mobility: Theoretical and Methodological Aspects and the Portuguese/ Spanish Case* Comunicação apresentada no IV **World Congress of the Regional Science Association International**, Palma de Mayorca

Reigado, F.M. (1992b) - *Desenvolvimento Rural e a Coesão Económica e Social*, Conferência Proferida em Fornos de Algodres, em Dezembro de 1992 num **Colóquio sobre Desenvolvimento Rural**

Reigado, F Marques (1997) Planeamento e Desenvolvimento Regional: Abordagem Sistémica, Vol* II (no Prelo)

Richardson, H.W. (1972) - **Regional Economics: Location theory, urban structure and regional change, Cap.2 a 6**, World University Weidenfeld and Nicolson, London

Orea, D.G. (1991) - *Planificacion Y gestion ambiental: una premisa del desarrollo regional* em **Alcantara: Desarrollo Regional,22**, Cáceres

Orea , D.G. (1992) - **Planificacion Rural, pag. 217- 232**, Editorial Agricola Española,S.A. Madrid

Schneider, M. (1959) - *Gravity Models and Trip Distribution Theory* em **Papers and Proceedings of the Regional Science Association, vol.5**

Tellier, N. (1987) - *Poin d'atraccion* em **Espaço e Periferia, Colóquio Internacional**, LNEC, Lisboa

Thunen, J.H.von (1826) - **Der Isolierte Staat in Beziehung auf Landwirtschaft und Nationalökonomie**, Hamburgo

Weber, A. (1929) - **A Theory of the Location of Industries**, Chicago University Press, Chicago

Wilson (1969) - *The Use of Entropy Maximizing Methods in the Theory of Trip Distribution* em **Journal of Transport Economics and Policy, Vol.3, nº.1**